



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

DECRETO Nº 05/2026, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

SÚMULA: *Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, instituído pela Lei Municipal nº 1.301/2024, e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAPIRA, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.301/2024, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Mulher, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e institui o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;

CONSIDERANDO que o art. 14 da Lei Municipal nº 1.301/2024, com redação dada pela Lei nº 1.375/2025, estabelece que o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será regulamentado por Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos administrativos, contábeis, financeiros e operacionais relativos à gestão e à aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher,

DECRETA:

Art. 1º O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, instituído pela Lei Municipal nº 1.301/2024, constitui instrumento de natureza contábil, destinado à captação, gestão e aplicação de recursos voltados ao financiamento de programas, projetos e ações de promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres no Município de Japira.

Art. 2º O FMDM fica vinculado administrativamente à Secretaria Municipal responsável pela política da Mulher, observadas as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

Art. 3º A gestão e a administração do FMDM serão exercidas de forma conjunta pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e pela Secretaria Municipal responsável pela política da Mulher, nos termos da Lei Municipal nº 1.301/2024.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal responsável pela política da Mulher:

- I – administrar o Fundo e executar as deliberações do CMDM quanto à aplicação dos recursos;
- II – contabilizar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos, independentemente da fonte de financiamento;
- III – manter os controles necessários à execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo;
- IV – realizar os empenhos, liquidações e pagamentos das despesas autorizadas;
- V – firmar convênios, termos de parceria e instrumentos congêneres, previamente aprovados pelo CMDM;
- VI – prestar contas aos órgãos competentes, na forma da legislação vigente;
- VII – encaminhar ao CMDM relatórios trimestrais e anuais relativos à aplicação dos recursos do Fundo.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

Art. 5º Nenhum recurso do FMDM poderá ser utilizado sem prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, formalizada por deliberação registrada em ata.

Art. 6º Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM aquelas previstas no art. 13 da Lei Municipal nº 1.301/2024, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.375/2025.

Art. 7º Os recursos do FMDM serão depositados em conta bancária específica, mantida em instituição financeira oficial, vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 8º Os recursos do FMDM serão aplicados exclusivamente no financiamento de programas, projetos, serviços e ações voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres no Município de Japira, observadas as prioridades definidas pelo CMDM e pelo Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Art. 9º É vedada a utilização dos recursos do FMDM para finalidades diversas daquelas previstas na Lei Municipal nº 1.301/2024 e neste Decreto.

Art. 10 A prestação de contas da aplicação dos recursos do FMDM será realizada pela Secretaria Municipal responsável pela política da Mulher, observadas as normas da contabilidade pública e da legislação vigente.

Art. 11 O CMDM acompanhará, avaliará e aprovará a prestação de contas anual do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, sem prejuízo do controle interno e externo exercido pelos órgãos competentes.

Art. 12 A contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher será organizada e processada pelo setor contábil financeiro do órgão municipal competente, de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, no âmbito de sua competência, e pela Secretaria Municipal responsável pela política da Mulher, observada a legislação aplicável.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAPIRA, ESTADO DO PARANÁ, aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis (13/01/2026).

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Prefeito Municipal